



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL
Av^a de França, 549 – 4050-279 PORTO
Tel: 22 834 95 70 Fax: 22 832 54 94

CIRCULAR Nº 04 – 2018/2019

Para conhecimento das Associações, Clubes seus filiados, Rádio, Televisão, Imprensa e demais interessados a Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol, informa:

REGULAMENTO DE DISCIPLINA 2018-2019

Conforme é de conhecimento público, encontra-se em vigor para a época desportiva 2018-2019 o novo Regulamento de Disciplina da Federação Portuguesa de Voleibol.

Porque se impõe, essencialmente, actuar de forma preventiva, vem por este meio a Federação Portuguesa de Voleibol, sem que tal dispense a leitura atenta do citado Regulamento, realçar um conjunto de normativos que nos parecem assumir especial relevância, de entre os quais se destacam:

➤ **Artigo 138.º Penalização, expulsão e desqualificação**

“ 1. O jogador que for sancionado pela primeira vez na época desportiva com o cartão vermelho por infração a que não corresponda sanção especialmente prevista neste Regulamento será punido com a sanção de multa de valor correspondente a 0,5 UC.

2. O jogador que em circunstâncias idênticas às do número anterior for sancionado pela segunda vez com o cartão vermelho na mesma época e em jogo diferente será punido com sanção de multa de valor correspondente a 0,75 UC.

3. O jogador que, no mesmo circunstancialismo de tempo e de facto dos números anteriores, for sancionado pela terceira vez com o cartão vermelho será punido com a sanção de repreensão e, acessoriamente, com a sanção de multa de 1 UC.

4. O jogador que, no mesmo circunstancialismo de tempo e de facto dos números anteriores, for sancionado pela quarta vez com o cartão vermelho será punido com a sanção de suspensão por um jogo e, acessoriamente, com a sanção de multa de valor correspondente a 1,25 UC.

5. Os cartões vermelhos exibidos numa época ao jogador não contam para efeito de acumulação, na época seguinte.

6. O jogador que, na mesma época desportiva e em jogos diferentes, acumular uma série de cartões vermelhos é punido com a sanção de suspensão por um jogo e, acessoriamente, com a sanção de multa de valor correspondente a 1,5 UC assim que atingir o quarto, o sexto e o oitavo cartões vermelhos dessa época desportiva.

7. Após o sancionamento com o 8.º cartão vermelho da época desportiva, o jogador será condenado nas sanções previstas no número anterior sempre que levar um cartão vermelho no jogo.

8. A partir do quinto cartão vermelho da mesma época desportiva, inclusive, a sanção de multa aplicável será agravada em 0,5 UC.

9. No caso de um jogador ser sancionado com a exibição de um cartão vermelho e pratique, no mesmo jogo, uma outra infração disciplinar objeto de procedimento disciplinar, esse cartão vermelho conta para efeito da acumulação prevista neste artigo.

10. O jogador que for sancionado pela primeira vez na época desportiva com expulsão por infração a que não corresponda sanção especialmente prevista neste Regulamento será punido nos mesmos termos que no disposto nos n.ºs 1 a 8, mas com agravação das sanções de multa aí previstas em 0,25 UC.

11. O jogador que no mesmo jogo for desqualificado, será punido com a sanção de suspensão por 1 jogo e, acessoriamente, com a sanção de multa de valor correspondente a 2 UC.”

➤ **Artigo 75.º Inclusão irregular de jogadores**

“ 1. O clube que, em jogo oficial, utilize jogadores que constem no boletim de jogo e que não estejam em condições regulamentares de o representar será punido:

a) no caso de provas por pontos, com as sanções de derrota e de subtração de pontos a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de cinco pontos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 5 UC e o máximo de 50 UC;

b) no caso de provas por eliminatórias, com a sanção de desclassificação e, acessoriamente, a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 5 UC e o máximo de 50 UC. 2.

Consideram-se especialmente impedidos:

a) os jogadores punidos com a sanção de suspensão ou suspensos preventivamente;

b) os jogadores que não se encontrem devida e regulamentarmente inscritos na FPV, designadamente e entre outros, que não tenham a sua situação médica regularizada;

c) os jogadores que participem num jogo oficial exibindo uma licença que não seja a sua.”

➤ **Artigo 85.º Não realização de jogos por falta de condições do pavilhão, indicação de recinto alternativo, falta de policiamento ou falta de uma ou ambas as equipas**

“ 1. Quando um jogo oficial não se realizar ou não se concluir em virtude do pavilhão não se encontrar em condições regulamentares por facto imputável ao clube que o indica, ou por falta de indicação de recinto alternativo, é este punido com a sanção de derrota e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 2 UC e o máximo de 20 UC e com a sanção de reparação à Federação e ao adversário das despesas de arbitragem, de delegado técnico, de organização e do valor da receita que eventualmente coubesse ao adversário.

2. Se um jogo não for realizado por falta de policiamento imputável ao clube que indica o pavilhão (visitado), o clube é punido nos termos do número anterior. 3. Quando o jogo se realizar em pavilhão neutro é mandado repetir, sendo apenas aplicáveis as sanções de multa e de reparação ao clube visitado, salvo se as faltas previstas nos números anteriores não lhe forem imputáveis.”

➤ **Artigo 93.º Transmissão televisiva dos jogos ou por qualquer outro meio**

“1. Os clubes que, sem autorização da Federação, ou em desconformidade com as condições regulamentares, permitirem a transmissão televisiva (ou por qualquer outro meio), total ou parcial, em direto ou diferido, de jogos oficiais são punidos:

a) no caso de transmissão em direto da totalidade do jogo, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 80 UC e o máximo de 250 UC e, acessoriamente, a sanção de reparação no valor de € 2.000,00;

b) no caso de transmissão parcial em direto do jogo por período superior a 15 minutos, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 200 UC e, acessoriamente, na sanção de reparação no valor de € 1.500,00;

c) no caso de transmissão em diferido da totalidade do jogo, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 50 UC e, acessoriamente, na sanção de reparação no valor de € 1.000,00;

d) no caso de transmissão em diferido de parte do jogo por período superior a 15 minutos, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 8 UC e o máximo de 25 UC e, acessoriamente, na sanção de reparação no valor de € 500,00 .

2. A sanção de reparação prevista no número anterior reverterá para a entidade organizadora, quando esta não seja o clube infrator ou, em caso contrário, para a Federação.

3. Para além das sanções previstas nos números anteriores, os clubes infratores são ainda condenados na sanção de reparação a terceiros consistente no pagamento correspondente aos prejuízos causados e no pagamento à Federação de um montante correspondente às verbas que tenham recebido pela transmissão.

4. Em caso de reincidência, além das sanções previstas nos números anteriores o clube será ainda punido com a sanção de subtração de pontos a fixar entre o mínimo de dois e o máximo de cinco pontos.

5. O incumprimento, pelos Clubes, do disposto no artigo 35.º do Regulamento de Provas da FPV, implicará para o Clube infrator a sanção de derrota em cada jogo onde se verifique o incumprimento.”

➤ **Artigo 96.º Falta de comparência de ponto de contacto de segurança**

“ 1. O clube visitado que injustificadamente não apresentar em jogos oficiais o ponto de contacto de segurança referido no Regulamento de Prevenção da Violência no Voleibol é punido com a sanção de repreensão e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 5 UC e o máximo de 10 UC.

2. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo da sanção de multa previstos no número anterior serão elevados para o dobro.

3. A justificação da falta deverá ser feita por escrito e dar entrada nos serviços da Federação no prazo de dois dias a contar da data da falta, acompanhada das provas ou da indicação do meio de as obter.

4. A justificação do clube faltoso será apreciada pela Secção Disciplinar no âmbito do procedimento disciplinar respetivo; se o procedimento estiver a correr sob forma sumária os seus termos suspender-se-ão até que tenha decorrido o prazo previsto no número anterior.”

➤ **Artigos 147.º a 160.º**

➤ **Artigo 147.º Agressões graves em geral**

“ 1. O clube cujo sócio ou simpatizante agrida fisicamente elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, delegados e observadores da Federação, dirigentes, jogadores e treinadores, ponto de contacto da segurança, assistentes de recinto desportivo e demais agentes desportivos ou qualquer pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo, de forma a dar causa a que, justificadamente, o árbitro não dê início ou reinício ao jogo ou o dê por findo antes do termo regulamentar, é punido com as sanções de derrota, realização de jogos à porta fechada a fixar entre o mínimo de um e o máximo de três jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 15 UC e o máximo de 150 UC.

2. Nas mesmas sanções incorre o clube cujo sócio ou simpatizante agrida fisicamente qualquer das pessoas referidas no número anterior, antes, durante ou depois da realização do jogo, de forma a causar-lhe lesão de especial gravidade quer pela sua natureza quer pelo tempo e grau de incapacidade.

3. Os limites das sanções de realização de jogos à porta fechada e de multa são reduzidos a metade se a agressão, muito embora não determinando lesão de especial gravidade, tiver sido realizada por meio idóneo a provocar uma tal lesão.

4. Se, no decurso da mesma época desportiva, o clube for condenado, por decisão definitiva na ordem jurídica desportiva, pela prática de quatro infrações que integrem o disposto no n.º 1, além das sanções previstas, será punido também com a sanção de perda do título na competição desportiva ou apuramento.”

➤ **Artigo 148.º Invasões e distúrbios coletivos com reflexo grave no jogo**

“1. O clube cujos sócios ou simpatizantes invadam o terreno de jogo com o propósito de protestar, agredir ou ameaçar qualquer das pessoas referidas no n.º 1 do artigo anterior ou provoquem distúrbios que determinem que, justificadamente, o árbitro não dê início ou reinício ao jogo ou o dê por findo antes do tempo regulamentar, é punido com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre o mínimo de um e o máximo de três jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 15 UC e o máximo de 100 UC.

2. Em caso de reincidência o limite mínimo da sanção acessória de multa prevista no número anterior é elevado para 25 UC.”

➤ **Artigo 149.º Interdição preventiva**

“1. Se o relatório da equipa de arbitragem, do delegado técnico da Federação ou das autoridades policiais referir a ocorrência de factos previstos nos artigos 147.º e 148.º deste Regulamento ou em legislação especial, o recinto desportivo do clube é interditado preventivamente por um a dois jogos, no âmbito do procedimento disciplinar instaurado, nos termos previstos no presente Regulamento para as medidas provisórias.

2. A aplicação da medida de interdição preventiva é sempre levada em conta na sanção que venha a ser aplicada ao clube. 3. Os jogos que ao clube interditado caberia realizar como visitado efetuar-se-ão em recinto indicado previamente, a pelo menos 50 km de distância do Pavilhão oficial e após aprovação da Federação.”

➤ **Artigo 150.º Realização ou conclusão do jogo**

“O clube é punido nos termos previstos na subsecções seguintes e o jogo é mandado realizar ou ordenada a sua conclusão, respeitando-se o resultado verificado no momento da interrupção se, no procedimento disciplinar não resultar justificada a decisão do árbitro de não iniciar ou reiniciar o jogo, ou dá-lo por findo antes do tempo regulamentar.”

➤ **Artigo 151.º Arremesso perigoso de objetos com reflexo grave no jogo**

“O clube cujos sócios ou simpatizantes arremessem para dentro do terreno de jogo objetos, líquidos ou quaisquer outros materiais que pela sua própria natureza sejam idóneos a provocar lesão de especial gravidade aos elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, delegados técnicos e observadores da Federação, dirigentes, jogadores e treinadores e demais agentes desportivos ou qualquer pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo e que, dessa forma, determinem que o árbitro, justificadamente, atrase o início ou reinício do jogo ou levem à sua interrupção não definitiva por período superior a 10 minutos é punido com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre o mínimo de um e o máximo de dois jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 100 UC.”

➤ **Artigo 152.º Agressões simples com reflexo no jogo por período superior a 10 minutos**

“ 1. O clube cujo sócio ou simpatizante agrida fisicamente agente desportivo, agente da autoridade em serviço, ponto de contacto de segurança, assistente de recinto desportivo ou pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo, de forma a determinar a que o árbitro, justificadamente, atrase o início ou reinício do jogo ou interrompa a sua realização por período superior a 10 minutos é punido com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre o mínimo de um e o máximo de dois jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 50 UC e o máximo de 150 UC.

2. Se a agressão tiver por objeto elemento da equipa de arbitragem, delegado ou observador da Federação, jogador ou dirigente dos clubes participantes no jogo, ou ainda em caso de reincidência, o clube é punido também com a sanção de realização jogos à porta fechada a fixar entre o mínimo de um e o máximo de três jogos. 3. Em caso de reincidência o limite mínimo da sanção de multa é elevado para 100 UC.”

➤ **Artigo 153.º Invasões e distúrbios coletivos com reflexo no jogo**

“1. Quando nos termos previstos no artigo 148.º se verifique a invasão do terreno de jogo ou ocorram distúrbios que determinem que o árbitro, justificadamente, atrase o início ou reinício do jogo ou levem à sua interrupção não definitiva por período superior a 10 minutos, o clube responsável é punido com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre o mínimo de um e o máximo de dois jogos e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 50 UC.

2. Em caso de reincidência, o clube é punido, para além da multa prevista no número anterior, com a sanção de realização de um jogo à porta fechada.

3. Quando nos casos previstos no n.º 1, o atraso no início ou reinício do jogo ou a interrupção não definitiva sejam por período inferior a 10 minutos, o clube responsável é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 5 UC e o máximo de 20 UC.

4. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo das multas previstas nos números anteriores são elevados para o dobro.”

➤ **Artigo 154.º Agressões simples com reflexo no jogo por período igual ou inferior a 10 minutos**

“ 1. O clube cujo sócio ou simpatizante agrida fisicamente agente desportivo, agente de autoridade em serviço ou pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo de forma a determinar o árbitro a atrasar o início ou reinício do jogo ou a interromper a sua realização por período de duração igual ou inferior a 10 minutos é punido nos termos do n.º 1 do artigo anterior.

2. Se a agressão tiver por objeto elemento da equipa de arbitragem, delegado técnico da FPV ou observador da Federação, jogador ou dirigente dos clubes participantes no jogo, o clube é punido nos termos do n.º 1 do artigo 152.º.

3. Em caso de reincidência o limite mínimo da sanção de multa é elevado para 20 UC.”

➤ **Artigo 155.º Agressões graves a espectadores e outros intervenientes**

“1. O clube cujo sócio ou simpatizante, designadamente sob a forma coletiva ou organizada, agrida fisicamente espectador ou elemento da comunicação social ou pessoa presente dentro dos limites do recinto desportivo, antes, durante ou depois da realização do jogo, de forma a causar lesão de especial gravidade, quer pela sua natureza, quer pelo tempo de incapacidade é punido com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre o mínimo de um e o máximo de dois jogos e, acessoriamente, na sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 80 UC.

2. Se a agressão prevista no número anterior não causar lesão de especial gravidade, o clube é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 5 UC e o máximo de 50 UC.”

➤ **Artigo 156.º Arremesso perigoso de objetos com reflexo no jogo**

“ 1. O clube cujos sócios ou simpatizantes arremessem para dentro do terreno de jogo objetos, líquidos ou quaisquer outros materiais que pela sua própria natureza sejam idóneos a provocar lesão de especial gravidade aos elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, delegados e observadores da Federação, dirigentes, jogadores e treinadores e demais agentes desportivos ou qualquer pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo e que, dessa forma, determinem que o árbitro, justificadamente, atrase o início ou reinício do jogo ou levem à sua interrupção não definitiva é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 80 UC.

2. Em caso de reincidência o clube infrator é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 20 UC e o máximo de 100 UC.

3. Se, no decurso da mesma época desportiva, o clube já tiver sido punido nos termos do número anterior, é punido com a sanção de realização de jogos à porta fechada a fixar entre o mínimo de um e o máximo de três jogos e, acessoriamente, com a multa de montante a fixar entre o mínimo de 30 UC e o máximo de 150 UC.”

➤ **Artigo 157.º Invasões pacíficas**

“O clube cujos sócios ou simpatizantes invadam o terreno de jogo, com o propósito de comemorar resultado desportivo, levando à interrupção definitiva do jogo, é punido com a sanção de derrota e, acessoriamente, com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 15 UC e o máximo de 40 UC.”

➤ **Artigo 158.º Coação**

“1. O clube cujo sócio ou simpatizante exerça coação sobre as pessoas referidas no n.º 1 do artigo 148.º dentro do recinto desportivo, antes, durante e depois da realização do jogo, é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre um mínimo de 5 UC e o máximo de 30 UC.

2. Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo das sanções de multa previstos nos números anteriores são elevados para o dobro.”

➤ **Artigo 159.º Arremesso de objeto perigoso**

“1. O clube cujos sócios ou simpatizantes arremessem para dentro do terreno de jogo objetos, líquidos ou quaisquer outros materiais que pela sua própria natureza sejam idóneos a provocar lesão de especial gravidade aos elementos da equipa de arbitragem, agentes de autoridade em serviço, delegados e observadores da Federação, dirigentes, jogadores e treinadores e demais agentes desportivos ou qualquer pessoa autorizada por lei ou regulamento a permanecer no terreno de jogo sem todavia dar causa a qualquer perturbação no início, reinício ou realização do jogo é punido com a sanção de multa de montante a fixar entre o mínimo de 10 UC e o máximo de 80 UC.

2. Em caso de reincidência o limite mínimo da sanção de multa prevista no artigo anterior é elevado para o dobro.”

➤ **Artigo 160.º Comportamento incorreto do público**

“1. Fora dos casos previstos nos artigos anteriores, o clube cujos sócios ou simpatizantes adotem comportamento social ou desportivamente incorreto, designadamente através do arremesso de objetos para o terreno de jogo, de insultos ou de atuação da qual resultem

danos patrimoniais ou pratiquem comportamentos não previstos nos artigos anteriores que perturbem ou ameacem perturbar a ordem e a disciplina é punido nos seguintes termos:

a) o simples comportamento social ou desportivamente incorreto, com a sanção de multa a fixar entre o mínimo de 2 UC e o máximo de 10 UC;

b) o comportamento não previsto nos artigos anteriores que perturbe ou ameace a ordem e a disciplina, designadamente mediante o arremesso de petardos e tochas, é punido com a sanção de multa a fixar entre o mínimo de 2 UC e o máximo de 10 UC.

2. Na determinação da medida da pena prevista na alínea a) do n.º 1 do presente artigo não será considerada a circunstância agravante de reincidência prevista nos artigos 52.º e 53.º, n.º 1 alínea a) do presente regulamento.

3. Se do cumprimento social ou desportivamente incorreto resultarem danos patrimoniais cuja reparação seja assumida pelo clube responsável e aceite pelo clube lesado, através de acordo dado a conhecer ao delegado da Federação, não há lugar à aplicação da sanção prevista no n.º 1.”

Mais se chama a particular atenção para a punição de actos de **corrupção e viciação de apostas desportivas**, puníveis em relação a todos os agentes desportivos, de forma especialmente gravosa.

Desejando a todos os agentes votos de maiores êxitos desportivos

Porto e Secretaria da Federação Portuguesa de Voleibol, 27 de Setembro de 2018

A DIRECÇÃO